

Artigo

Mike Davis e o cotidiano urbano: uma metodologia de mapeamento social e territorial do Rio de Janeiro

*Gustavo Macêdo Poeys**

Resumo

Esse trabalho busca contribuir duplamente com o campo dos estudos sociais urbanos: por um lado, ampliando o entendimento sobre a produção e dinâmicas territoriais de uma determinada realidade municipal e, por outro, desenvolvendo tal processo como uma metodologia apresentada pelo teórico urbano Mike Davis. Por meio de uma leitura do cotidiano sobre as cidades (especialmente Los Angeles), Davis frequentemente analisou a realidade social, cultural e ambiental de maneira interconectada. Nesse sentido, de maneira semelhante, propomos uma análise da cidade do Rio de Janeiro, enquanto estudo de caso, na qual serão aplicados métodos e conceitos que o autor utiliza com fim de construir um “mapa extrapolado” e uma hipótese de futuro para a mesma. Dessa maneira, propomos um entendimento sobre o espaço urbano da cidade, destacando sua forma espacial atrelada às suas dinâmicas sociais e, consequentemente, ampliamos a visão de diversos conflitos a serem objetos de possíveis intervenções. Esse trabalho parte de uma análise sobre o espaço urbano carioca, permeando a leitura de simulacros e sugerindo futuros possíveis.

Palavras-chave: Mike Davis. Planejamento urbano. Mapeamento territorial. Morfologia urbana. Conflitos sociais.

Mike Davis and the urban everyday: a methodology for social and territorial mapping of Rio de Janeiro

Abstract

This work aims to contribute to the field of urban social studies in two key ways: on the one hand, by expanding the understanding of the production and territorial dynamics of a specific municipal reality, and on the other, by developing this process as a methodology presented by the urban theorist Mike Davis. Through a reading of the everyday life of cities (especially Los Angeles), Davis frequently analyzed social, cultural, and environmental realities in an interconnected manner. Similarly, we propose an analysis of the city of Rio de Janeiro as a case study, applying methods and concepts used by the author to construct an "extrapolated map" and a future hypothesis for the city. In this way, we propose an understanding of the city's urban space, which highlights its spatial form tied to its social dynamics, thereby broadening the perspective on various conflicts that could be the target of potential interventions. This work begins with an analysis of the urban space of Rio de Janeiro, permeating the reading of the city's simulacra and suggesting possible futures.

Keywords: Mike Davis. Urban planning. Territorial mapping. Urban morphology. Social conflicts.

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gustavompoey@gmail.com

As variadas contribuições literárias que o teórico, ativista político e historiador estadunidense Mike Davis (1946-2022) produziu ao longo de sua vida, em função de análises e sínteses dos processos de produção do espaço metropolitano, possibilitaram uma ampliação do arcabouço crítico sobre questões de poder e controle urbano. Por meio de uma leitura dialética sobre as cidades (especialmente Los Angeles), Davis frequentemente analisou a realidade social, cultural e ambiental de maneira interconectada, tomando como base: tendências de planejamento, premissas de gestão pública, iniciativas privadas (consenso entre elites políticas e econômicas), articulações midiáticas (simulacros propagandísticos) e diferentes interesses de classe, gênero e raça, com fim, não só de retratar a realidade urbana de maneira crítica (muitas vezes usando como analogias cenários de distopias urbanas provenientes da cultura pop), como para sugerir possíveis futuros, ou hipóteses urbanas. Por meio de tal abordagem, não só conseguiu “prever” com antecedência de alguns anos a revolta social que eclodiu em Los Angeles, em 1992¹, conhecida como ‘Los Angeles Riots of 1992’ (DAVIS, 2009) como antecipou o aparecimento de uma realidade pandêmica global (DAVIS, 2005) mais de uma década antes do cenário da covid-19, em 2020.

Este trabalho, desenvolvido como um exercício de síntese dialética baseado nas contribuições literárias de Davis, é uma contribuição de exploração metodológica na medida em que as categorias que o autor reúne para revelar as determinações de sua análise partem do cotidiano, mas extrapolam o mundo da ordem aparentemente preestabelecida. Esta percepção de que a reunião de determinantes supostamente desconexos possibilitará um suporte crítico da realidade, na verdade, é a essência do materialismo histórico (ENGELS; MARX, 2007) e, em conjunto com os estudos clássicos que desvelaram o mais-valor relativo e absoluto, Davis nos traz a percepção de outras ferramentas do cotidiano contemporâneo relacionadas à exploração, mas pouco compreendidas como tal, tais como furacões, ventos selvagens, pumas famintos e, inclusive, o alegórico

chupacabra (DAVIS, 2001). Ao final, essa síntese coloca estas categorias em movimento de tendência à decadência a fim de adiantar a concretude da luta de classes que o autor enfatiza em seus escritos.

O recorte dos desastres em movimento, quando reunidos e articulados, é capaz de extrapolar a fragmentação da realidade e demonstrar que uma aparente distopia futura não pode mais ser encarada como tal. Baseado nessas contribuições, esse estudo busca construir uma forma de interpretação e leitura a respeito de Mike Davis pelo seu viés metodológico do que apenas temático em si. Propomos aqui um exercício de análise social e espacial para a cidade do Rio de Janeiro, construído com o fim de caracterizar a reunião de elementos que são tratados pelo senso comum da cidade em seu aspecto cotidiano, como uma potencial identidade urbana e popular. Para tanto, esse trabalho guarda um diálogo formal e temático com Davis, utilizando, ocasionalmente, o uso de figuras superlativas de linguagens, gírias e fenômenos midiáticos (muitas vezes, inclusive, estapafúrdios) como forma de leitura da realidade. Esta forma descritiva do cotidiano torna-se parte da crítica ampla do autor e segue como premissa para direcionar reflexões, sobretudo, para um campo crítico no qual a reunião de eventos contemporâneos exige, de fato, uma conjugação de fenômenos que carregam uma pluralidade de ocorrências, as quais precisam ser demonstradas dentro de um mesmo delimitador a fim de evitar uma interpretação fragmentada. Portanto, a opção de montar uma leitura e um mapa próprio para o Rio de Janeiro, reunindo as principais mazelas percebidas pelo senso comum a fim de desvelar algumas de suas essências, também é uma possibilidade de atribuir uma percepção crítica à articulação de fenômenos urbanos como questões de mobilidade, segurança pública, apropriação da natureza por agentes do mercado imobiliário, marketing urbano, midiatização urbana, entre outros.

As cidades brasileiras, do ponto de vista espacial, permanecem com um quadro de ampliação de favelas² formadas, muitas vezes, pela ocupação de áreas suscetíveis a fenômenos ambientais que geram perdas materiais e

vidas; com a consolidação de condomínios e loteamentos de alta renda com ampla vigilância privada e controle de acesso; e ainda com a constante poluição em cursos d’água e a transformação de tecidos urbanos de acordo com investimentos de agentes do mercado imobiliário. Socialmente, vivemos em cidades divididas no direito de ir e vir e alicerçadas em questões de raça, classe e gênero, estabelecendo um território urbano distinto e cerceado (BERTH, 2023).

A lógica do “planejamento estratégico” que estabelece os padrões de criação e transformação de grande parte das cidades brasileiras deixa de lado um plano holístico, de inspiração modernista, e assume uma abordagem fragmentada do espaço urbano, tomando como âncoras de transformação territorial uma arquitetura que se liga a uma imagem (ou cenário) de suposto desenvolvimento com base em ampliação de consumo de mercadorias ou ampliação de circulação de capital (MARICATO, 2013). Algumas cidades brasileiras, consolidadas na periferia do capitalismo, detêm grande parcela de seu território formada por pobreza urbana, embora estruturem uma malha composta por um espraiamento de indústrias, serviços e condomínios residenciais, tais quais se apoiam nos transportes motorizados, e que disputam espaço em locais anteriormente ocupados por áreas centrais, valorizadas pelo mercado imobiliário. A dificuldade de acesso à terra regular para habitação é uma das maiores responsáveis pelo explosivo crescimento de favelas e loteamentos ilegais nas periferias das cidades (MARICATO, 2011).

Nesse contexto, em função de buscar amenizar suas mazelas territoriais e justificar transformações territoriais, os planos urbanos e setorizações espaciais municipais fazem com que as cidades passem a ser entendidas como empresas, estando submetidas às mesmas condições, desafios, logísticas e, consequentemente, relações de trabalho e “culturas” voltadas para o mercado. A competitividade urbana torna-se ponto central na intenção de atrair investimentos estrangeiros (capital, tecnologia e serviços), porém não sem levar em conta a eliminação da esfera pública e reduzir a participação das pessoas a uma utopia mercantil (VAINER, 2000). Além

disso, o controle social e uma determinada midiatização dos medos urbanos (entre variadas violências sociais e ambientais) impulsionam processos de cercamentos e maior vigilância dos espaços públicos por agentes privados (ARANTES, 2000).

De modo a propor possíveis futuros alternativos, partimos de uma leitura territorial para tentarmos nos aproximar de um estudo urbano interdisciplinar. O objetivo aqui proposto é construir essa leitura em um mapa territorial para a cidade do Rio de Janeiro, o qual se afasta das formas cartográficas usuais ao mesmo tempo em que avalia a questão da estrutura urbana de uma cidade em suas múltiplas camadas, entendendo que tal leitura poderá implicar em duas perspectivas que ainda tendem a caminhar em oposição: (i) a criação de uma nova forma de pensar e planejar as cidades brasileiras por meio do entendimento de suas práticas sociais; e (ii) a ampliação da participação dos sujeitos urbanos na pactuação de novas agendas de desenvolvimento urbano, com foco na redução de desigualdades e na manutenção e proteção da natureza urbana.

1. Um “mapa extrapolado” urbano do Rio de Janeiro

Assim como toda cidade global busca ostentar uma insígnia oficial e um *slogan* de protagonismo em algum evento que possa ocasionar repercussões entre diferentes campos de saber hegemônicos, a cidade do Rio de Janeiro já tomou partido de alguns rótulos (ou marcas) na tentativa de se provar importante: Rio-92; Rio+10; Rio-2007: “*Viva essa energia*”; Rio+20; Rio-2016: “*Um mundo novo*”; UIA2021RIO: “*Todos os mundos. Um só mundo. Arquitetura 21*”. Tendo como meta sediar eventos internacionais com múltiplos temas, essa relação assumiu, no processo de preparação da cidade, transformações (efêmeras e permanentes) ambientais, urbanas, econômicas, políticas e sociais, as quais, por sua vez, foram objetos de propostas, planos, projetos e promessas de um novo (e melhor) futuro para a população carioca, muitas vezes por consequência de acordos globais de cooperação e desenvolvimento mútuo.

Contudo, passadas décadas desde a primeira cúpula global para preservação ambiental, em 1992, e poucos anos desde o último megaevento prometendo um “mundo novo”, em 2021, a cidade acumula poucos “legados” positivos para seus habitantes. Planos e projetos oficiais municipais pouco têm feito para responder aos desafios como a ampliação da quantidade de favelas, aumento de grupos armados militarizados pelo território municipal, ampliação da população carcerária, aumento da letalidade policial entre jovens negros, construção e ampliação de condomínios fechados (já denominados ‘bairros’ em determinadas regiões da cidade), conflitos ambientais de diversas escalas e o baixo desenvolvimento econômico municipal.

Mesmo com tantas agendas de desenvolvimento permeadas por acordos, cartas e objetivos a médio e longo prazo, a cidade aparenta um crescimento significativo de piora na qualidade de vida de sua população e se encaminha para a consolidação de uma permanente realidade de miséria, conflitos armados e desigualdade espacial, os quais permeiam um imaginário popular constantemente alimentado por constructos midiáticos e por estarem próximos às ambientações de distopias fantásticas em filmes de ficção. Contudo, a realidade carioca nos aproxima de uma imagem urbana onde parte considerável da população reside em grandes bolsões de regiões de pobreza, enquanto uma minoria da elite urbana consegue se isolar em locais de arquiteturas de extrema vigilância e bairros compactos de privilégios diversos, operando um controle social militarizado sobre a maior parte da população carente de serviços sociais básicos, ao mesmo tempo em que todos são permeados por diversos distúrbios de ordem ambiental. Nossa leitura territorial parte dessas premissas.

Com fim de criar um ‘mapa urbano extrapolado’ baseado na realidade de Los Angeles, Mike Davis se utiliza da leitura de determinantes de renda, valor da terra, classe social, raça e um fator de suma importância (segundo Davis, decisivo) – o medo – para construir um cenário, uma proposição urbana futura, que foge, nas palavras dele, de uma “caricatura gigantesca do mundo

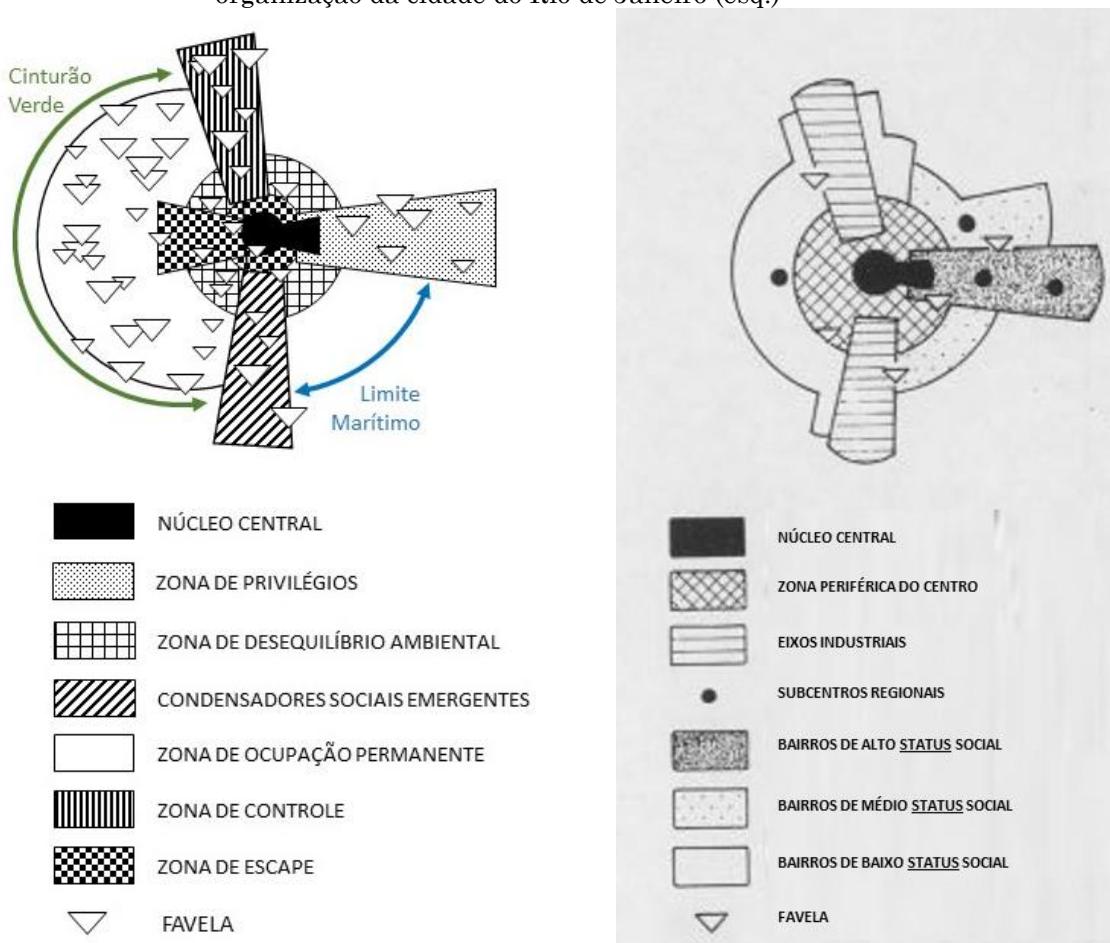
existente” e se aproxima de uma “extrapolação disciplinada” ou uma “distopia moderadamente expandida” de uma Los Angeles futura (DAVIS, 2001). De maneira similar, buscamos nesse trabalho apresentar uma leitura urbana da cidade do Rio de Janeiro, com base nos métodos de leituras de dados que expõem a realidade embasada em informações sobre consolidação do espaço urbano e seus indicadores socioespaciais (referenciados em raça e classe) quantitativos e qualitativos, para criar uma imagem hipotética de um “*mapa carioca extrapolado*”.

Para tanto, apresentamos um novo diagrama espacial representativo desse mapa e sugerimos uma leitura de seus pontos para apresentar uma cidade hipotética futura, tal qual descreve Mike Davis de maneira similar para Los Angeles, que já está meio-nascida. Buscamos aqui um afastamento dos objetivos do plano da cidade, Plano Diretor Sustentável de Desenvolvimento Urbano, e sua base normativa territorial, Lei de Uso e Ocupação do Solo, com fim de entender a consolidação do espaço urbano carioca por meio de outras múltiplas camadas de análise descritas por zonas e suas realidades cotidianas. Assim como Davis, utilizamos nessa construção uma leitura específica incorporada ao mapa, composta por determinada coloquialidade descritiva e linguagem midiática. Essa forma de escrita se faz necessária com fim de incorporar cotidianos de espaços vividos e experiências locais permeadas por relações de sociabilidade e deslocadas de formalismos urbanos. Com isso, agregam-se colocações informais com o objetivo de apontar intenções de forças políticas e econômicas mascaradas em argumentos de construções ideológicas por meio de propaganda midiática e práticas sociais específicas de cada região.

Para iniciarmos esse mapa, começaremos com uma pergunta: “Que espécie de ‘panorama distópico’ da cidade podemos sugerir por meio de tendências projetadas segundo suas trajetórias de decadência?” (Davis, 2001). Para tanto, faremos uma breve leitura multifacetada da cidade em estudo com o objetivo de apontarmos com maior precisão possíveis respostas para a pergunta inicial.

A figura 1 abaixo representa, respectivamente: à direita, o esquema da cidade latino-americana, adaptado de Mertins & Bähr³, apresentado por Roberto Lobato Corrêa (1995), como imagem da representação do padrão da organização espacial da grande cidade latino-americana na segunda metade do século XX e, à esquerda, o “mapa extrapolado” da cidade do Rio de Janeiro com base neste diagrama.

Figura 1 – Esquema de organização da cidade latino-americana (dir.) e esquema de organização da cidade do Rio de Janeiro (esq.).



Fonte: Arte do autor sobre adaptação do diagrama de Mertins & Bähr, 2024.

As características sintetizadas na descrição de cada zona apresentada consideram os usos e “contra-usos” da cidade (LEITE, 2007), manifestadas no dinamismo de práticas que subvertem funções originalmente planejadas. Desde comércios informais controlados por poderes políticos específicos, até o esvaziamento do espaço público para a constituição de cidades condominiais

privadas, o planejamento urbano tradicional torna-se fadado ao fracasso na redução das desigualdades e abrem-se caminhos para que a informalidade, de práticas cotidianas ou de processos de estruturação de territórios, seja fundamental para repensar políticas de urbanização que sejam efetivas na manutenção de direitos e para a ampliação da qualidade de vida da população carioca.

Conforme apresentado por Corrêa, o diagrama busca explicar como o território urbano da cidade latino-americana, principalmente na segunda metade do séc.XX, foi marcado por uma estratificação, não só entre camadas sociais distintas, mas pela expansão de eixos de crescimento industrial partindo do *núcleo central* - enquanto início da urbanização e centro do poder político financeiro - que direcionaram caminhos para abertura de expansão imobiliária para uma classe média e baixa, gerando um limite oposto entre periferia (baixo status social) e bairros de alto status social, por sua vez integrados a um centro urbano de concentração de emprego e renda.

Com apoio de Abreu (1988 e 1992), constatamos uma leitura semelhante para a cidade do Rio de Janeiro, a qual sofreu efeitos de “renovações urbanas” nas décadas de 60 e 70, marcadas, essencialmente, por remoções de favelas de áreas mais valorizadas da Zona Sul e alocação de seus moradores em áreas afastadas do Centro, ampliação de especulação imobiliária com expansão urbana para as áreas de São Conrado e Barra da Tijuca, expansão de favelas em morros e nas periferias, estabelecimento do Centro como área de maior concentração de emprego e a consolidação da Zona Sul como área de maior renda social da cidade. Todas essas condições foram determinadas por um espaço urbano limitado pela montanha e pelo mar, elementos naturais que balizaram sua expansão. Além disso, os demais obstáculos naturais dentro do perímetro urbano foram gradativamente sendo vencidos, incorporando localidades antes consideradas inadequadas ou impróprias para uma conformação urbana considerada formal. Contudo, tal domínio da natureza ainda cobra seu ônus por meio de diversos fenômenos

climáticos (ampliados por cenários de miséria urbana), atrelados à severos impactos ambientais que sobrecaem sobre a população mais pobre e perpetuam desastres frequentes pela cidade.

Nesse sentido, a figura 1 foi desenvolvida para embasarmos nossa leitura da cidade com base em alguns pressupostos: i) o reconhecimento de distintas *zonas*, as quais mantêm dinâmicas específicas de conformação urbana, ordem política, função econômica e controle social; ii) a identificação de distintas práticas sociais permeando toda a cidade, reconhecidas em zonas próprias; e iii) a noção de limites estabelecidos dentro das dinâmicas da cidade.

Assim como Mike Davis, faremos nos próximos pontos uma leitura das zonas demarcadas no diagrama com fim de construir uma economia política do espaço vivenciado, por meio da compreensão da dinâmica urbana, a partir da prática concreta de seus agentes, explicitando suas contradições internas e pontuando conflitos de interesses manifestados na luta pelo espaço. Em uma realidade urbana constantemente mutável, considerando a urgência do combate às desigualdades sociais, da exploração constante da natureza e a ampliação das mudanças climáticas e das explosões de violência nas cidades, refletir sobre a metodologia de Mike Davis pode nos ajudar a compreender melhor nosso momento histórico e manter vivo o legado desse teórico das cidades (MONTE-MÓR, 2009).

2. Zona de Controle

No diagrama aqui proposto do “Mapa Extrapolado” da cidade do Rio de Janeiro, identificaremos zonas que são atravessadas por dinâmicas urbanas específicas, além da percepção de arquiteturas distintas e plurais constituindo seus espaços privados. Iniciaremos essa leitura diagramática reconhecendo a *zona de controle*.

Constituídas em grande parte pelas áreas de favelas, seu território é determinado por localizações da cidade onde predominam formas de controle socioeconômico, grande fragilidade ambiental e elevados números de violência

urbana pela disputa de território e significativa influência religiosa cristã. Muitos locais desenvolvem manifestações culturais próprias, voltadas para expressar seu cotidiano ou realizar denúncias de impacto público.

Essa zona pode ser entendida enquanto um pequeno recorte urbano de informalidade ou a conjunção de vários, conformando áreas de grande variedade espacial, denominadas *complexos*. A maneira com que se desenvolvem economicamente tem sido norteada pela presença de pequenos comércios locais e prestação de serviços de demanda imediata (barbearias, mercearias, transportes, vendas de frutas e legumes, lojas de equipamentos eletrônicos, bares, vendas de comida e, em alguns casos, acesso a computadores com internet). Pela característica informal, carecem de serviços de construção adequados, os quais são substituídos por conhecimento específico de mão de obra local, muitas vezes utilizando materiais de reduzido desempenho construtivo. Essa forma de consolidar novos espaços (habitações, em sua grande maioria) propicia *arquiteturas do improviso*, de baixa qualidade, algumas com determinado risco estrutural e/ou com baixo nível de salubridade interna. Muitas delas são implantadas em terrenos com baixa resistência do solo ou em locais suscetíveis a deslizamentos de terra, podendo ocasionar mortes ou destruições de trechos habitados.

Por serem consideradas zonas de informalidade, estão sujeitas à formação de mercados paralelos gerenciados por grupos ilegais, cujas fontes de trabalho e renda se baseiam em negócios que envolvem tráfico de entorpecentes e conflitos armados com forças de segurança pública, facções ou diversos grupos paramilitares, gerando um constante cenário de tiroteios e a exposição de corpos sem vida por ruas e vielas. Para tanto, esses grupos incorporam em sua estrutura moradores locais que buscam uma fonte de renda e adequação a um grupo social específico, por sua vez regido por normativas próprias de comunicação e controle de território. Os moradores dessas zonas são submetidos a rígidos controles sociais pautados nas normas dos grupos dominantes. Ideologicamente, em sua grande maioria, são espaços guiados por uma lógica hegemônica de mercado e por uma moral e ética cristã,

geralmente de cunho evangélico. Algumas localidades conseguem expressar-se culturalmente por meio de linguagem própria, embasando produções de música e audiovisual, revelando ausência de ações do poder público e frequentes violações de direitos civis.

3. Zona de Ocupação Permanente

Um morador da cidade que se encontra vivendo numa *zona de ocupação permanente* sabe que precisa seguir algumas regras específicas no seu cotidiano. Caso ele seja um comerciante, uma taxa fixa ou proporcional aos seus produtos vendidos precisará ser repassada para os grupos armados que dominam politicamente esta zona. Caso ele seja morador, para usufruir de bens e serviços diversificados, deverá consumir sempre o que é ofertado pelos mesmos. Caso seja um construtor, possivelmente deverá pedir permissão aos poderes locais para autorizar a construção (se não optar por morar numa casa fornecida por eles). Taxas adicionais poderão ser cobradas (de maneira ocasional) se for necessário arcar com as custas do enterro de um membro do grupo político dominante, por exemplo. Essencialmente, o domínio social se estabelece em maior ou menor medida sobre toda a zona.

Tratam-se de milicianos, grupos armados paramilitares, que se estabeleceram no controle de grandes regiões da cidade, estruturando não só novos padrões de mercado de consumo de bens, como gerindo e planejando regras de controle, crescimento e desenvolvimento urbano. Sua presença permanente em determinadas localidades datam desde sua consolidação, em meados da década de 60, durante o período ditatorial, e desde então cresceram em número de integrantes, distinções entre grupos, articulações no território e controle social. Sua marcação territorial se estabelece numa região estruturada tanto por limites de zonas de controle (onde geralmente ocorrem os conflitos armados de maneira mais enfática), as zonas dos condensadores sociais emergentes (que também podem ser entendidas como locais onde

residem alguns integrantes desses grupos) e o cinturão verde que delimita o território municipal, tal qual poderá ser considerado uma possibilidade de avanço de mercado imobiliário paralelo - se e quando - for necessário.

Um levantamento realizado pelo GENI/UFF (Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense) e a plataforma “Fogo Cruzado”, apresentado no final de 2022⁴, mostra cartograficamente como esses grupos dominam atualmente uma área maior do que as outras três facções principais da cidade (aproximadamente 57,5% do território urbano total da cidade está sob o controle desses grupos). Dessa maneira, entende-se que mais da metade do Rio de Janeiro possivelmente irá negociar direta ou indiretamente com algum grupo miliciano por meio do acesso a serviços essenciais como água, luz, gás, combustível, TV a cabo, acesso a transporte público, presença de segurança pública e expansão imobiliária (dominando lotes e imóveis individualizados, condomínios e loteamentos multifamiliares).

Sua formação, antes estabelecida por forças armadas do estado, agora se estende a lideranças políticas e moradores de áreas ocupadas. Péssimas condições salariais e parca atuação pública nas regiões mais periféricas abriram caminho para que porções significativas de territórios fossem ocupadas por forças locais de segurança. Informais, a princípio, mas amparadas no arcabouço legal que o estado lhes garantia, seu poder sobre bairros, comunidades e moradores se ampliou, resultando numa relação direta entre poder público e sociedade civil.

José Cláudio Souza Alves, sociólogo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), estuda milícias há 26 anos. Em entrevista à “Agência Pública”⁵, afirmou categoricamente: “O matador se elege [como político de carreira], o miliciano se elege. Ele tem relações diretas com o Estado. Ele é o agente do Estado. Ele é o Estado.” Ainda segundo José Cláudio, é comum familiares de milicianos serem empregados em gabinetes de deputados e vereadores. “Isso é muito comum. Esse vínculo lhe dá poder naquela comunidade.”

4. Zonas de condensadores sociais emergentes

Em matéria de agosto de 2015⁶, o bilionário Carlos Carvalho afirmou que a Barra representa "o novo Rio de Janeiro" como uma "cidade da elite, do bom gosto" e que, por esta razão, a Ilha Pura, um novo condomínio privado com mais de 800 mil m² (anunciado pela construtora de seu controle como 'um novo bairro' na cidade) a ser construído no contexto dos jogos Olímpicos que seriam realizados na cidade do Rio de Janeiro para ser habitação dos atletas, "precisava ser moradia nobre, e não moradia para os pobres". Regiões da cidade, como os bairros Barra da Tijuca, Recreio e parcelas de outros locais adjacentes, constituem áreas de constante avanço imobiliário para aqueles novos emergentes de classe média alta que buscam um local distinto de suas origens humildes para residir e/ou trabalhar.

Fugindo das zonas de controle e zonas de ocupação permanente, essa camada emergente busca se refugiar em locais específicos, onde é possível estabelecer um controle de quem passa pelas ruas e calçadas por meio de câmeras de vigilância. As ruas públicas são permeadas por guaritas de observação e portões de acesso, vigilantes privados circulam com veículos próprios pela região e altos muros separam a rua (morta para pedestres e viva para veículos potencialmente blindados) de pequenas cidadelas onde habitam os moradores das *zonas de condensadores sociais emergentes*.

São locais da cidade, bairros (legais ou artificiais) ou pequenas regiões específicas dentro de bairros, conformados por *arquiteturas-enclaves* - grandes condomínios privados - caracterizados por acesso único de entrada e saída de veículos para moradores e serviços internos que propiciam rápido abastecimento de bens de consumo imediato, lazer e entretenimento dentro de um ambiente amplamente vigiado. Suas estruturas internas permitem que o morador, da criança ao idoso, possa ter uma mobilidade ativa segura, desde que dentro de suas camadas de segurança. Crianças e jovens podem caminhar em segurança para escolas dentro do perímetro de vigilância do condomínio (ou usar um veículo próprio específico para não obrigar-lhos a utilizar o transporte público coletivo), clínicas e hospitais aguardam por qualquer

morador que precise de atendimento constante, vizinhos e amigos podem utilizar quadras e academias privadas para manter o corpo em atividade, *playgrounds* privados fornecem todas as qualidades de um clube, como piscina, churrasqueiras e grandes gramados, tais quais possam ser necessários para relaxar depois de uma semana de trabalho fatigante. Ainda é possível circular por praças com jardim próprio, proporcionado por um verdadeiro microclima paisagístico, meticulosamente pensado e desenvolvido para que os moradores tenham tudo de que precisam e possam viver num ambiente que os condiciona ao isolamento social urbano, evitando “os perigos de uma grande cidade”. Seus moradores muitas vezes gostam de ser identificados especificamente como trabalhadores emergentes, que se esforçaram muito para chegar onde chegaram (ou poder herdar tais privilégios de parentes que fizeram o mesmo antes deles) e serem reconhecidos como verdadeiros “cidadãos de bem”.

5. Zona de Privilégios

Aos felizardos que conseguem, por meio de grande (ou pouco) esforço, viajar para cidades globais como Londres ou Nova York, podem em algum momento circular por regiões de lojas com opções de mercadorias diversificadas, boutiques de luxo, mistura de espaços gastronômicos e presença de vida noturna vibrante. Tais regiões, semelhantes em ambas as cidades do norte global, levam a fama de “Soho”. Em Londres, próximas à West End, em Nova York, localiza-se em South of Houston Street. No entanto, para os cariocas que não conseguem realizar tal passeio, ainda é possível se contentar com um dos vinte simulacros de diferentes SoHos que se localizam dentro da *zona de privilégios*.

Entre edifícios, condomínios, bares, restaurantes, cafés e um salão de beleza, a identidade internacionalista tropicaliza-se e transforma uma realidade urbana aparentemente trivial em possibilidade de marketing para

um sugestivo urbanismo de desfaçatez, caracterizado principalmente por comunicação visual de fachada, seja pelo uso de letreiros ou luzes estroboscópicas (OLIVEIRA, 2002).

A zona de privilégios do Rio de Janeiro está representada em bairros e regiões de maior concentração de renda, seja por ascensão social de seus moradores ou por histórico de ocupação, tais quais concentram igualmente ampla quantidade de serviços públicos e privados e possibilidade de rápido deslocamento entre bairros. Também apresenta ampla concentração de áreas verdes, entre parques urbanos e praças, e mantém proximidade com o centro da cidade (local de maior concentração de renda e trabalho).

Em outras palavras, a zona de privilégios é uma realidade urbana que se aproxima de um IDH nórdico⁷.

6. Zona de Escape

Para todos os efeitos, a cidade do Rio de Janeiro pode ser considerada um verdadeiro laboratório de estudos de mobilidade urbana. Sua extensão territorial é contemplada com distintos sistemas de mobilidade para facilitar o deslocamento numa cidade de múltiplos recortes, setores e zonas: BRT biarticulado, VLT, trem urbano, metrô, ônibus, ciclovias e ciclofaixas, “transportes alternativos” (como moto-táxis e vans) e transportes por aplicativos, como UBER, 99 e BlaBlaCar. Contudo, esta quantidade de modais articula, majoritariamente, uma ampla movimentação pendular de pessoas que se deslocam das periferias (da cidade ou da região metropolitana) para locais de maior concentração de emprego e renda, geralmente os centros financeiros. Esse tipo de deslocamento, apoiado em pontos estratégicos de troca de modais, integrações de passagem e considerável tempo de espera entre adequações de horários de chegada e saída entre veículos de diferentes naturezas configura uma *zona de escape* dentro da cidade.

Gerando significativa congestão nos interiores das estruturas metálicas sobre rodas ou trilhos, as funções dos modais públicos determinam semanalmente a possibilidade de levar os trabalhadores até seus empregos e

de volta para casa. Nos finais de semana, apesar de considerável redução de transportes públicos (numa questionável relação entre oferta e demanda), a população consegue ressignificar vagões e cápsulas metálicas circulantes sobre o asfalto, pensadas para acomodar o maior número de pessoas possível, como breves locais de acesso ao lazer e cultura.

Vale ressaltar que os modais também apresentam fins distintos, para além dos usos cotidianos, de classe. É perceptível que diferentes perfis se deslocam em vias urbanas com sentido e direção diametralmente opostos da cidade, desde os transportes que realizam deslocamentos entre as zonas de controle e de ocupação permanente até os que mantêm os moradores seguros dentro das zonas de privilégios e não facilitam ‘invasões alienígenas intraurbanas’. A zona de escape, afinal, também pode ser entendida como um filtro de classes sociais, materializada numa complexa malha urbana que, por sua vez, interconecta diferentes zonas.

7. Zona de Conflito Ambiental

Segundo notícia da Climatempo, empresa responsável pela medição diária de temperatura no Rio de Janeiro e popularmente conhecida por apontar a “previsão do tempo”, o dia 24 de agosto de 2023 foi um dia histórico. Pela primeira vez, desde que as medições da cidade começaram a ocorrer no ano 2000 pelo Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia – nunca se registrou uma média de 40°C, em pleno agosto, um mês de inverno. Segundo nota do Climatempo, a temperatura elevada é “culpa do El Niño, turbinado pelas mudanças climáticas”⁸.

Um típico morador da cidade possivelmente já está acostumado com temperaturas rotineiramente elevadas, resultado de um clima tropical com elevadas taxas de ar úmido e sensação térmica que parece estabelecer novos recordes a cada ano. Contudo, o quadro climático da cidade do Rio de Janeiro levanta preocupações que vão desde alagamentos e deslizamentos de terra até a possibilidade de utilizar o asfalto como indutor de calor para fritar um ovo.⁹

Maurício de Abreu (1992) aponta para alguns quadros naturais intrínsecos ao processo de ocupação territorial e peculiaridades da cidade. Destacam-se: i) a baía de Guanabara, a qual encontra-se com grande nível de poluição causada, entre outras coisas, por dejetos de esgoto que desaguam na baía, provenientes de quinze municípios que estruturam a região metropolitana; ii) as praias, parcialmente poluídas por deságue de esgoto provenientes de ligações clandestinas de habitações improvisadas nos morros próximos a esses bairros, configurando um *limite marítimo*; iii) os alagados da baixada que balizaram a expansão da cidade por meio de aterros e, por isso, interferem nos sistemas subterrâneos de dutos e de transporte coletivo em várias áreas; iv) o alinhamento montanhoso que divide a cidade em zonas distintas (norte e sul), permeada por desigualdades sociais e de infraestrutura, refúgio para as habitações das camadas mais pobres, configurando um grande *cinturão verde* como limite natural e; v) a malha de vales, encostas, colos e alvéolos que abrigam os variados bairros e subúrbios da cidade e frequentemente são impactados por chuvas intensas, as quais geram inundações e alagamentos e altas temperaturas, ocasionando significativo desconforto ambiental e ampliando gasto energético urbano.

Essas relações que marcam o ambiente urbano, descritas por Abreu como produto social da relação sociedade-natureza na produção e construção do espaço, articulam um ecossistema variado e de grande alteração devido às formas com que a cidade sistematicamente se expande, ocupando-o e explorando-o com fim de circulação de mercadorias e pessoas. Todas essas características fazem com que o Rio de Janeiro seja totalmente transpassado por uma grande *zona de conflito ambiental*, tal qual é estruturada por todas as outras zonas da cidade.

Conclusão: (Im)prováveis transformações da cidade maravilhosa

Francisco de Oliveira (2002) escreve na orelha do livro “A cidade do pensamento único” que a cidade regida pelo planejamento estratégico é constituída por um urbanismo de *marketing*, tal qual transforma a cidade

numa marca, numa cidade-imagem cuja crítica perpassa, entre questões de morfologia e economia, a construção de uma estética e de uma cultura. Considerando os pontos anteriormente citados, percebe-se que a alcunha de cidade-maravilhosa é extremamente frágil de ser percebida no cotidiano. Contudo, não faltam promessas e sugestões de caminhos “corretos” a serem seguidos para uma transformação estrutural e radical da sociedade carioca e, por consequência, da cidade como um todo. Baseado num recorte ideológico, pontuaremos: i) o avanço religioso cristão evangélico; ii) o impacto que grandes conglomerados de mídia têm sobre a população da cidade; e iii) o crescimento de canais de mídias sociais independentes por meio de diversas plataformas virtuais.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da USP, igrejas evangélicas abriram cerca de 17 novos templos em média, diariamente, no Brasil em 2019, e têm sua maior concentração no sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)¹⁰. Esse avanço de igrejas cristãs evangélicas, por consequência, cria um avanço de ideais religiosos que permeiam apoio a parlamentares de mesma corrente religiosa, ampliação de renda para essas instituições e seus líderes e capilaridade de ideologias conservadoras e de direita no cenário político e econômico. Victor Araújo, cientista político da Universidade de Zurique e pesquisador associado ao CEM, comenta que “Essas coisas meio que se retroalimentam, a ordem aqui geralmente é: mais igrejas abertas, mais fiéis, mais coleta de dízimo e mais capitalização”¹¹. Atualmente, percebemos que algumas zonas de controle e zonas de ocupação permanente têm em sua estrutura o apoio e a participação de setores desses grupos. Como exemplo, citamos o chamado “Complexo de Israel”, região constituída pelos bairros de Parada de Lucas e as favelas de Cidade Alta, Pica-pau, Cinco Bocas e Vigário Geral, dominada por um grupo paramilitar que gerencia o tráfico de entorpecentes nesses locais.

Além desse domínio religioso, a mídia tradicional hegemônica constitui canal de rápida e expansiva divulgação de conformação ideológica. Tudo está disponível pelo simples toque de ligar uma TV, rádio ou canal

online de informações: noções de empreendedorismo e crescimento individual; filósofos falando sobre meritocracia, lições de moral e ética social em um espaço de educação financeira; entretenimento produzido por conglomerados de mídia estrangeira; produções de audiovisual nacionais religiosas entre outros programas com forte apelo mercadológico e de influência ocidental; telejornais centenários que oferecem às últimas notícias ‘relevantes’ da sociedade; debates políticos; e todo tipo de informação que poderia produzir matéria-prima para infinitas dissertações e teses althusserianas.

Finalmente, pontuamos os conteúdos de fácil acesso e rápida propagação realizados por indivíduos que estão tão inseridos dentro da ideologia dominante vigente que acreditam produzir e compartilhar conteúdo crítico, quando na verdade apenas reproduzem os outros pontos anteriores descritos com as próprias palavras. Resultando numa ação de militância autoproclamada que envolve divulgação de material revisionista e, em grande parte, de baixo aprofundamento teórico.

Para fecharmos esse sucinto “mapa extrapolado” da cidade do Rio de Janeiro, retomamos a leitura de que a cidade transformada em capital-dinheiro, com tendências de descentramento do trabalho na estrutura social e a metamorfose do conflito em intervenções apaziguadoras, marqueteiras e de exclusão radical (OLIVEIRA, 2002), aparentemente ainda se perpetuará como local de performance, negociação e contestação cotidiana pelos anos que seguirão.

*** Gustavo Macêdo Poeys** é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Possui especialização em Planejamento e Gestão Urbana pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2016). É mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PROURB/UFRJ.

Contato: gustavompoeys@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005926051656453>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4237-4943>

Artigo recebido em: 06/08/2024
Aprovado em: 20/08/2025

Como citar este texto: POEYS, Gustavo Macêdo Poeys. Mike Davis e o cotidiano urbano: uma metodologia de mapeamento social e territorial do Rio de Janeiro. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 02, e1127660, 2025.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1988.
- ABREU, Maurício de. Abreu (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. S.A, 1995.
- DAVIS, Mike. **Ecologia do Medo**. São Paulo: Record, 2001.
- DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo**. Rio de Janeiro, Boitempo Editorial, 2009.
- DAVIS, Mike. **O monstro bate à nossa porta**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Aracaju: Editora UFS/Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MERTINS, G., & BÄHR, J. Un modelo de la diferenciacón socio-espacial de las metropolis de América Latina. **Revista Geográfica**, IPGH, n. 98, p. 23-29, jul./dec., 1983.
- MONTE-MÓR, Roberto. Apresentação. In: DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, Ano de publicação.

OLIVEIRA, Francisco. Nota de orelha. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Notas

¹ Em função do “Caso Rodney King”. King, um motorista negro, foi espancado por policiais durante sua prisão, e o incidente foi amplamente divulgado através de um vídeo amador gravado por um vizinho. A absolvição dos policiais envolvidos em um julgamento estadual desencadeou uma onda de protestos e tumultos na cidade.

² Segundo dados do Censo Demográfico 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ O mapa em questão não corresponde a uma leitura cartográfica de base geográfica, mas estrutura uma leitura social e espacial integrada, conforme explicado em MERTINS, G., & BÄHR, J. “Un modelo de la diferenciación socio-espacial de las metrópolis de América Latina”. Revista Geográfica, 98, 1983.

⁴ Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-histórico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>. Consultado em: 25/08/2023.

⁵ A entrevista completa pode ser encontrada conforme matéria disponível em: <https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/>. Consultado em: 30/08/2023

⁶ A entrevista completa pode ser encontrada conforme matéria disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/notícias/2015/08/150809_construtora_olímpiada_jp. Consultado em 29/08/2023.

⁷ Num levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2014, bairros como Flamengo e Jardim Botânico apresentavam um IDH de 0,959, superior ao de países como a Noruega (0,944), representante do maior IDH do mundo.

⁸ Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/notícia/2023/08/24/el-nino-e-mudanças-climáticas-impactos-no-setor-eletro-1900>. Acessado em: 03/09/2023

⁹ No dia 29/01/2021, o bairro de Bangu registrou uma temperatura de 47°C, sendo demonstrado por uma repórter que era possível fritar um ovo no asfalto. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/rio-registra-altas-temperaturas-numeros-podem-aumentar-03122022>. Consultado em: 03/09/2023

¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/igrejas-evangelicas-multiplicam-templos-e-expandem-influencia-politica>. Consultado em: 03/09/2023

¹¹ Disponível em: <https://jornal.usp.br/rádio-usp/igrejas-evangelicas-apresentaram-crescimento-vértiginoso-no-brasil-nas-últimas-decadas/>. Acessado em: 30/08/2023